



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 02 4
Proc. 437 / 2008

Projeto de Lei n.º ⁰⁴⁸ _____, de 26 de maio de 2008.

CÂMARA MUNICIPAL		
MOCOCA - SP		
PROTOCOLO		
NUMERO	DATA	RUBRICA
1275	02.06.08	

Dispõe sobre proibição de execução de serviços e depósito de materiais de construção civil em logradouros públicos.

FAÇO SABER, que a **Câmara Municipal de Mococa**, em sessão realizada no dia ____ de _____ de 2008, aprovou Projeto de Lei n.º. ____/2008, de autoria do Vereador Aloysio Taliberti Filho, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º.- No leito de ruas, avenidas, praças, calçadas e outros logradouros públicos, fica proibida a maçagem de reboco, concreto e outros serviços semelhantes desenvolvidos na construção civil.

Parágrafo Único- Os serviços de que trata o caput deste artigo somente poderão ser desenvolvidos nos espaços públicos acima, se dentro de recipientes adequados, como caixote de madeira e outros congêneres.



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 03 LD
Proc. 437 2008

Fls 2

Projeto de Lei n.º _____, de 26 de maio de 2008.

Art.2º.- No leito de ruas, avenidas, praças, calçadas e outros logradouros públicos, fica proibido o depósito de pedras, areia, saibro, terra, tijolos, lajotas e outros materiais utilizados na construção civil.

Parágrafo Único- O depósito de pedras, areia, saibro e terra poderá ocupar os espaços públicos de que trata o caput deste artigo, desde que tais materiais estejam acondicionados em caçambas ou outros recipientes semelhantes.

Art.3º.- Aos infratores que não cumprirem as disposições desta lei é fixada as seguintes penalidades:

I- Multa de 01 (uma) Unidade Fiscal do Município de Mococa – U.F.M.M.

II- A cada reincidência, multa de 03 (três) Unidades Fiscais do Município de Mococa – U.F.M.M.

Art.4º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 26 de maio de 2008.

ALOYSIO TALIBERTI FILHO

ALOYSIO TALIBERTI FILHO
Vereador

APROVADO

Em 12 Discussão por UNANIMIDADE
Sessão 12 de setembro de 2.008.

LUIZ BRÁZ MARIANO
PRESIDENTE

APROVADO

Em 22 Discussão por unanimidade
Sessão 08 de 09 de 2.008

LUIZ BRÁZ MARIANO
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo


Fis. n.º 04 4
Proc. 437 / 2008

DESPACHO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Aloysio Taliberti Filho, que dispõe sobre proibição de execução de serviços e depósito de materiais de construção civil em logradouros públicos.

Nos termos do inciso X, do art.186, do Regimento Interno da Câmara, solicito manifestação da Assessoria Jurídica desta Casa quanto a Constitucionalidade do mesmo.

Câmara Municipal de Mococa, 02 de junho de 2008.



Luiz Braz Mariano
Presidente



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fis. n.º 25 10
Proc. 432 / 2008

PARECER

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº.048/2008, de autoria do Vereador Aloysio Taliberti Filho.

SÍNTESE DA MATÉRIA

Trata-se de projeto de lei que dispõe sobre proibição de execução de serviços e depósito de materiais de construção civil em logradouros públicos.

DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

O inciso X, do art.186, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mococa, introduzido através da Resolução nº.01, de 08/04/2008, preleciona que havendo inconstitucionalidade em matéria a ser apreciada pelo Poder Legislativo, acompanhada de parecer jurídico, a presidência deixará de recebê-la, culminado, por consequência, o seu arquivamento.

Em virtude de tal dispositivo legal, a presidência desta Casa solicita da Assessoria Jurídica manifestação, abordando a constitucionalidade da matéria.

Analisando-a tecnicamente, vejo que não há confronto com as disposições da Constituição Federal e Estadual.



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 06 40
Proc. 437 / 2008

O princípio da autonomia e independência dos Poderes estatuído no art.2º.; bem como o processo legislativo de que trata a Carta Magna foram observados, de modo que não há inconstitucionalidade na matéria.

CONCLUSÃO

À VISTA DE TODO EXPOSTO, concluo pela constitucionalidade da matéria, posto que em consonância com as disposições constitucionais.

É o parecer, s.m.j.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, 02 DE JUNHO DE 2008.



Dr. João Batista de Souza
Assessor Jurídico



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º	07
Proc.	437/2008

PROCESSO Nº. 437/2008.

PROJETO DE LEI Nº. 048/2008.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

DESPACHO

Nos termos do art. 231, §1º., “a” e “b” c.c. art.110, parágrafo único, todos do Regimento Interno da Câmara, encaminho a presente propositura à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para manifestar quanto ao aspecto constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico.

Câmara Municipal de Mococa, 02 de junho de 2008.


LUIZ BRAZ MARIANO
Presidente



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 08 10
Proc. 437 / 2008

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO N.º. 437/2008.

PROJETO DE LEI N.º. 048/2008.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO

DATA DO RECEBIMENTO: 02 / 06 / 2008.

PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: 05 / 06 / 2008.

Presidente da Comissão

NOMEAÇÃO DE RELATOR

NOME:

Italo Marinho Junior

DATA DA NOMEAÇÃO:

02 / 06 / 2008

Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fis. n.º 09 4
Proc. 437/2008

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº. 437/2008.

PROJETO DE LEI Nº. 048/2008.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

RECEBIMENTO PELO RELATOR

DATA DO RECEBIMENTO: 02 / 06 / 2008.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: 11 / 07 / 2008.


Relator



Câmara Municipal de
Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 11 10
Proc.º 4371 2008

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REFERÊNCIA :- PROJETO DE LEI Nº.048/2008.

INTERESSADO :- vereador Aloysio Taliberti Filho

ASSUNTO :- Dispõe sobre proibição de execução de serviços e depósito de materiais de construção civil em logradouros.

RELATOR :-

Como relator da matéria acima epigrafada, dentro das atribuições desta Comissão e, após estudos detalhados da mesma, chego a conclusão que não há inconstitucionalidade, ilegalidade e nem outros óbices que impeçam sua aprovação, posto que a mesma vai de encontro ao interesse público, sendo assim, manifesto **FAVORÁVEL** à sua aprovação.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 28 de Agosto de 2008.

Relator

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

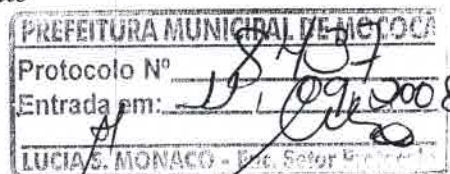
Sala das Comissões, 28 de agosto de 2008.



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 12 10
Proc. 437 / 2008

Ofício nº.743/2008-CM.



Mococa, 09 de setembro de 2008.

Senhor Prefeito,

Anexamos para as devidas providências, cópia do expediente aprovado por esta Casa, em sessão realizada no dia 08 de setembro último, constando de:

- 1- Autógrafo nº.080/2008, referente ao Projeto de Lei nº.048/2008. (de autoria do Vereador Aloysio Taliberti Filho – aprovado em sessão ordinária)
- 2- Autógrafo nº.081/2008, referente ao Projeto de Lei nº.068/2008. (de autoria do Vereador João Batista Martins – aprovado em sessão ordinária)
- 3- Autógrafo nº.082/2008, referente ao Projeto de Lei nº.070/2008. (de autoria do Vereador Carlos Roberto Baságlio – aprovado em sessão ordinária)

Respeitosamente


LUIZ BRAZ MARIANO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
APARECIDO ESPANHA
Prefeito Municipal de
Mococa

dc



Câmara Municipal de Mococa

Estado de São Paulo
III

Fls. n.º 13 20
Proc. 431/2008

Fls 1

AUTÓGRAFO Nº. 080 DE 2008. **PROJETO DE LEI Nº.048/2008.**

Dispõe sobre proibição de execução de serviços e depósito de materiais de construção civil em logradouros públicos.

FAÇO SABER, que a **Câmara Municipal de Mococa**, em sessão realizada no dia 08 de setembro de 2008, aprovou Projeto de Lei nº.048/2008, de autoria do Vereador Aloysio Taliberti Filho, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º.- No leito de ruas, avenidas, praças, calçadas e outros logradouros públicos, fica proibida a maçagem de reboco, concreto e outros serviços semelhantes desenvolvidos na construção civil.

Parágrafo Único- Os serviços de que trata o caput deste artigo somente poderão ser desenvolvidos nos espaços públicos acima, se dentro de recipientes adequados, como caixote de madeira e outros congêneres.

Art.2º.- No leito de ruas, avenidas, praças, calçadas e outros logradouros públicos, fica proibido o depósito de pedras, areia, saibro, terra, tijolos, lajotas e outros materiais utilizados na construção civil.



Câmara Municipal de Mococa

Estado de São Paulo
III

Fls. n.º 14 LD
Proc. 437 / 2008

Fls 2

AUTÓGRAFO Nº. 080 DE 2008. **PROJETO DE LEI Nº. 048/2008.**

Parágrafo Único- O depósito de pedras, areia, saibro e terra poderá ocupar os espaços públicos de que trata o caput deste artigo, desde que tais materiais estejam acondicionados em caçambas ou outros recipientes semelhantes.

Art.3º.- Aos infratores que não cumprirem as disposições desta lei são fixadas as seguintes penalidades:


I- Multa de 01 (uma) Unidade Fiscal do Município de Mococa – U.F.M.M.

II- A cada reincidência, multa de 03 (três) Unidades Fiscais do Município de Mococa – U.F.M.M.

Art.4º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Mococa, 09 de setembro de 2008.


LUIZ BRAZ MARIANO
Presidente


RONALDO CORRAINI
1º. Secretário


FRANCISCO ALAMINHO FILHO
2º. Secretário